

GLOSSÁRIO

Novo Ensino Médio: nome dado a Reforma do Ensino Médio implantada no Governo Michel Temer (2016-2018), primeiro pela Medida Provisória 746/2016 e, depois por meio da Lei 13.415/2017. A lei trouxe como principais mudanças: a) a carga horária ampliada de 800 para 1400 horas anuais, com forma de ampliar em todo o país o modelo de Escola de Tempo Integral; b) a criação de 5 itinerários formativos, dando ênfase na formação técnico-profissional, com itinerário específico para esse fim e; c) abre a possibilidade de parcerias com o setor privado, a oferta da educação à distância, o reconhecimento de experiências de trabalho no setor produtivo e a possibilidade de contratação de docentes que comprovem notório saber. A reforma tem sido criticada por aumentar as desigualdades educativas, pois não garante as condições de ofertar todos itinerários criados, dificulta o acesso à escola por jovens que trabalham, bem como ao trabalho decente, além de afastar jovens da rede pública do ensino superior, entre outros aspectos.

A **Base Nacional Curricular Comum (BNCC)** é uma norma educacional instituída durante o governo de Michel Temer a partir da Resolução CNE/CP nº 4 (2018), a qual define o que se chamou de aprendizagens essenciais que orientam currículos de todos sistemas e redes de ensino, estabelecendo conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Há um documento específico para o Ensino Médio, fazendo com que secretarias estaduais de educação façam uma readequação de seus conteúdos.

A BNCC se orienta pela concepção de direito à aprendizagem ao invés do conceito de direito à educação, e organiza a educação em função do desenvolvimento de habilidades e competências. Algumas das críticas à BNCC são: a) não ser fruto de um processo participativo de fato; b) o excesso de padronização pode acarretar num ensino descontextualizado, pouco adaptado às diversas realidades brasileiras; c) produzir uma versão fragmentada de ensino, mas também muito amarrada (cada habilidade e competência possui um código específico e deve se tornar o objetivo do processo de ensino-aprendizagem); d) não incorporar nos seus conteúdos, por pressão de grupos conservadores, o debate sobre gênero e sexualidade, além de deixar secundário o debate étnico racial; f) a concepção de competências emocionais limitam o acolhimento de emoções para privilegiar o controle sobre comportamento juvenil a partir do que seria adequado ao mercado, como algo que possa ser medido e avaliado externamente.

Programa Ensino Integral (PEI): Criado em 2012, o Programa Ensino Integral (PEI) foi anunciado como um novo modelo de escola e de carreira para professoras/es, embora na prática fique bastante restrita à ampliação da jornada escolar. Se na concepção esse modelo tenta considerar várias dimensões da comunidade escolar (intelectual, físico, emocional, social e cultural), pensando além da sala de aula tradicional, na prática ainda há poucas diferenças nesse sentido. Entre as principais críticas ao PEI, está a dificuldade em acolher estudantes que trabalham, produzindo a sua evasão, a sobrecarga sobre professores e a concentração de recursos em poucas unidades escolares, aumentando as desigualdades entre escolas públicas. O Programa acaba, assim, por privilegiar estudantes com melhores condições socioeconômicas. A implementação desse Programa enfatiza uma gestão por resultados, com a valorização das avaliações de larga escala, baseadas em desempenho, o que produz um clima de competição e insegurança entre professoras/es, equipe de gestão e estudantes. Frequentemente a defesa das PEI se baseia nos bons resultados em provas e supostas inovações no currículo, ainda que tais alterações pouco atendam às principais demandas estudantis.

Ciclo de ocupações de estudantes nas escolas: começou em 2015 com a ocupação de mais de 200 escolas em São Paulo contra a reorganização que dividia escolas de ensino fundamental do ensino médio e que previa fechar 96 escolas no estado. Em 2016, houve ocupação de escolas técnicas em São Paulo contra o fim da alimentação escolar e vários estados viram estudantes se organizar contra a precariedade das redes públicas de ensino. Em 2017, estoura uma nova onda de ocupações, contra a Reforma do Ensino Médio (lei 13.415) e a lei que impôs um teto para gastos públicos, incluindo educação (Emenda Constitucional 95/2016) com a grande mobilização do Paraná com mais de 700 escolas ocupadas, mas com mobilização também em vários estados, como Rio de Janeiro, Goiás, São Paulo, Espírito Santo, Ceará.

A ocupação de escolas permitiu aos estudantes não só se contraporem ao governo como também experimentar a escola que gostariam de ter, evidenciando assim suas demandas para uma escola mais participativa e com maior sentido.

ACESSE E SAIBA MAIS



TONORUMO.ORG.BR